



Agosto/2014

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A**  
**Bacharel em Engenharia Civil**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

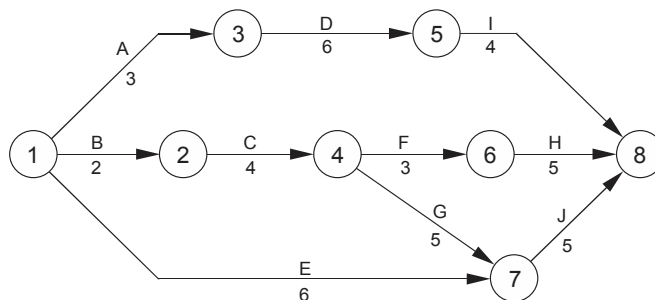
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## PROVA OBJETIVA

## Conhecimentos Específicos

1. Considere o planejamento de uma construção dado pelo cronograma da figura, onde as letras representam as atividades, cujo tempo, em dias, está indicado abaixo das letras.



A obra está prevista para ter seu início no dia 10 de setembro do presente ano. A data mais tarde que a atividade A poderá ser iniciada é no dia

- (A) 14.  
(B) 10.  
(C) 12.  
(D) 13.  
(E) 16.

**Atenção:** Para responder às questões de números 2 e 3, considere a composição de custos unitários para a execução de um metro quadrado de lastro de concreto com espessura de 5 cm.

Lastro de concreto – espessura 5 cm			Unidade (m <sup>2</sup> )
Insumo	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)
Pedreiro	h	0,4	8,00
Servente	h	0,8	6,00
Areia	m <sup>3</sup>	0,04	90,00
Cimento	kg	10	0,50
Pedra britada nº 2	m <sup>3</sup>	0,05	68,00

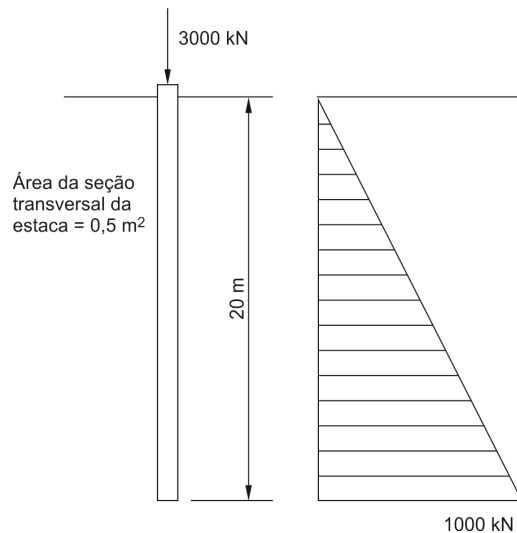
2. Na elaboração do orçamento de um edifício, para cobrir uma área de 250 m<sup>2</sup> de lastro de concreto com espessura de 5 cm, a previsão orçamentária para a realização desse serviço, em reais, é
- (A) 5.000,00.  
(B) 4.560,00.  
(C) 3.800,00.  
(D) 3.000,00.  
(E) 2.850,00.
3. Na elaboração do cronograma físico-financeiro, a programação do tempo de execução dos 250 m<sup>2</sup> de lastro de concreto com espessura de 5 cm deve ser, em horas,
- (A) 250.  
(B) 300.  
(C) 200.  
(D) 150.  
(E) 100.
4. Segundo a NBR 12721:2006 – Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios, a área coberta e/ou descoberta de estacionamento privativo de veículo automotor, demarcada e identificada em projeto arquitetônico e vinculada à área privativa principal da unidade autônoma por direito de propriedade, sem atribuição de fração ideal específica no terreno e partes comuns do condomínio, é denominada área de vaga de garagem
- (A) como unidade autônoma.  
(B) vinculada à unidade autônoma.  
(C) de uso comum e indeterminado.  
(D) de divisão proporcional.  
(E) de divisão não proporcional.



5. Em uma gleba de  $5000 \text{ m}^2$ , a cota final para um plano horizontal, com volumes iguais de corte e aterro, é  $32,5 \text{ m}$ . Entretanto, o projeto solicita uma cota final de  $30 \text{ m}$  para o terrapleno. Desta forma, a diferença entre os volumes de corte e aterro, em  $\text{m}^3$ , é
- (A) 15000.  
(B) 12500.  
(C) 10000.  
(D) 7500.  
(E) 4615.

6. Nos trabalhos de terraplenagem, sabendo-se que a relação entre o volume de material no corte e o volume de material solto de terra comum seca é  $0,80$ , a porcentagem de empolamento é
- (A) 80.  
(B) 35.  
(C) 40.  
(D) 55.  
(E) 25.

7. Uma estaca maciça com diâmetro de  $80 \text{ cm}$  está sujeita a uma carga de compressão em seu topo de  $3000 \text{ kN}$  e possui o diagrama de transferência de carga para o solo especificado na figura abaixo.

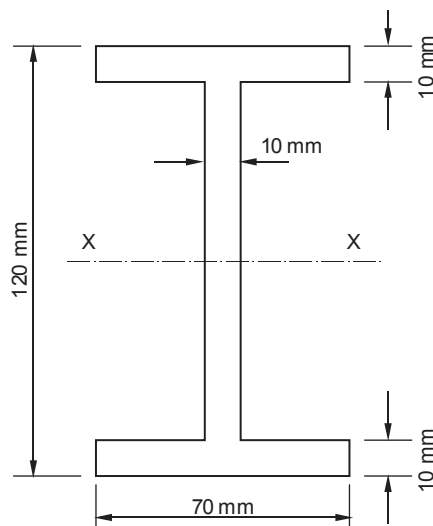


É correto afirmar que, como a tensão na estaca

- (A) não ultrapassou  $1 \text{ MPa}$ , a estaca não deverá ser armada.  
(B) não ultrapassou  $5 \text{ MPa}$ , a estaca não deverá ser armada.  
(C) ultrapassou  $50 \text{ MPa}$ , a estaca deverá ser armada até a profundidade de  $5 \text{ metros}$ .  
(D) ultrapassou  $5 \text{ MPa}$ , a estaca deverá ser armada até a profundidade de  $10 \text{ metros}$ .  
(E) ultrapassou  $100 \text{ MPa}$ , a estaca deverá ser armada até a profundidade de  $2 \text{ metros}$ .
8. Em função da disposição e quantidade de estacas isoladas ou alinhadas de um bloco, é critério limite estabelecido:
- (A) Não é permitido o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas com diâmetros entre  $0,30 \text{ m}$  e  $0,60 \text{ m}$  sem travamento.  
(B) Não é permitido o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas inferiores a  $0,30 \text{ m}$  sem travamento.  
(C) É permitido somente o emprego de estacas de diâmetros ou bitolas superiores a  $0,15 \text{ m}$  sem travamento.  
(D) Para estacas de qualquer dimensão, é aceitável sem qualquer correção adicional, um desvio entre o eixo da estaca e o ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar de  $25\%$  da menor dimensão da estaca.  
(E) Para estacas de qualquer dimensão, é aceitável sem qualquer correção adicional, um desvio entre o eixo da estaca e o ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar de  $50\%$  da menor dimensão da estaca.



9. Em obras geotécnicas de estabilização de taludes/encostas com emprego de tirantes, devem ser executados ensaios de verificação de cargas e integridade das cabeças dos tirantes ou de um número representativo deles a cada
- (A) 5 anos.
  - (B) 7 anos.
  - (C) 10 anos.
  - (D) 12 anos.
  - (E) 15 anos.
10. Considere o perfil metálico, para o projeto de uma cobertura, ilustrado na figura abaixo.



O momento de inércia em relação ao eixo baricêntrico X – X, em  $\text{cm}^4$ , é

- (A) 252.
  - (B) 1008.
  - (C) 756.
  - (D) 434.
  - (E) 508.
11. Uma estrutura será construída com madeira da espécie jatobá, cuja tensão resistente de compressão paralela às fibras, referida ao grau de umidade de 15%, é 70 MPa. A tensão resistente de compressão paralela às fibras, em MPa, corrigida para o grau de umidade 12%, é
- (A) 76,3.
  - (B) 87,5.
  - (C) 72,0.
  - (D) 62,4.
  - (E) 56,0.
12. Para a montagem de elementos de concreto pré-fabricado a tolerância permitida de desvio em relação à verticalidade é de  $\pm 1/300$  da altura até o máximo de
- (A) 3,5 cm.
  - (B) 3,0 cm.
  - (C) 2,5 cm.
  - (D) 4,0 cm.
  - (E) 4,5 cm.
13. Nos projetos de instalação elétrica, o condutor neutro deve
- (A) ser comum para até quatro circuitos.
  - (B) ter a mesma seção do condutor de fase nos circuitos monofásicos.
  - (C) ter seção diferente da seção do condutor de fase nos circuitos monofásicos.
  - (D) ter seção inferior à seção dos condutores de fase, em circuitos com duas fases e neutro.
  - (E) ser comum para até três circuitos.



14. Considere a tabela abaixo sobre os pesos das peças hidráulico-sanitárias a serem instaladas em uma residência.

Peça de utilização	Quantidade	Peso Relativo
Bacia sanitária com caixa de descarga	3	0,30
Chuveiro elétrico	3	0,10
Bidê	1	0,10
Lavatório	3	0,30
Tanque	1	0,70
Pia de cozinha	1	0,70
Torneira de uso geral	1	0,40

A vazão estimada de água fria em função dos pesos atribuídos às peças de utilização, em litros por segundo, é

- (A) 2,60.
- (B) 0,78.
- (C) 0,90.
- (D) 0,60.
- (E) 4,00.

15. Nos projetos dos sistemas prediais de esgoto sanitário, o coletor predial de esgoto deve ter diâmetro nominal mínimo de

- (A) DN 100.
- (B) DN 75.
- (C) DN 50.
- (D) DN 40.
- (E) DN 20.

16. No projeto dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, o número necessário de detectores pontuais de fumaça para uma área de circulação de 3 m × 25 m é

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 2.

17. Quando se fizer uso de argamassas preparadas em obra, as bases de revestimento devem ter as seguintes idades mínimas:

- (A) 7 dias de idade para o emboço de argamassas de cal, para início dos serviços de reboco.
- (B) 10 dias de idade do revestimento de reboco ou camada única, para execução de acabamento decorativo.
- (C) 24 horas de idade do chapisco para aplicação do emboço ou camada única.
- (D) 48 horas de idade para estruturas de concreto e alvenarias armadas estruturais.
- (E) 7 dias de idade do emboço de argamassas mistas ou hidráulicas, para o início dos serviços de reboco.

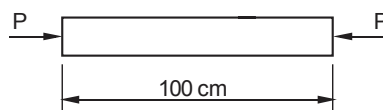
18. Nos projetos e execução de telhados com telhas cerâmicas do tipo francesa, o recobrimento entre a cumeeira e a telha deve ser, no mínimo, de

- (A) 20 mm.
- (B) 25 mm.
- (C) 30 mm.
- (D) 15 mm.
- (E) 10 mm.



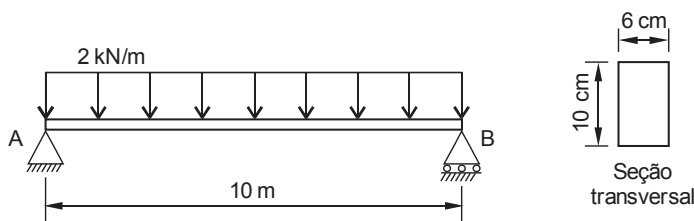
19. Ligantes aéreos são ligantes cuja pasta apresenta a propriedade de endurecer por reações de
- (A) oxidação ou pela ação do gás carbônico presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento não resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
  - (B) hidratação ou pela ação do anidrido carbônico presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento não resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
  - (C) carbonatação e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
  - (D) calcinação ou pela ação de carbonatos presente na atmosfera e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água.
  - (E) sulfatação e que, após o seu endurecimento resiste satisfatoriamente quando submetido à ação da água e do calor.
- 
20. A coesão dos asfaltos é avaliada indiretamente pela medida da
- (A) viscosidade.
  - (B) solubilidade.
  - (C) ductilidade.
  - (D) desemulsibilidade.
  - (E) susceptibilidade térmica.
- 

21. Considere a barra prismática da figura abaixo.



A barra possui  $5 \text{ cm}^2$  de área da seção transversal e está submetida a uma carga axial de compressão  $P = 50 \text{ kN}$ . Se o módulo de elasticidade do material da barra for de  $200 \text{ GPa}$ , a sua deformação específica longitudinal é

- (A) 0,0005.
  - (B) 0,000005.
  - (C) 0,00005.
  - (D) 0,005
  - (E) 0,05.
- 
22. Considere a viga prismática de seção transversal retangular representada na figura abaixo.

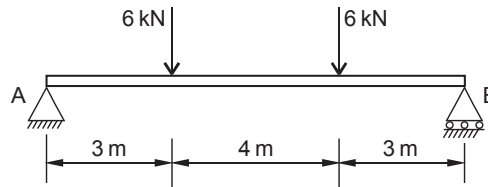


Considerando que o material da viga seja homogêneo e elástico linear, a tensão máxima de compressão devido à flexão, em MPa, é

- (A) 175.
- (B) 250.
- (C) 125.
- (D) 75.
- (E) 50.



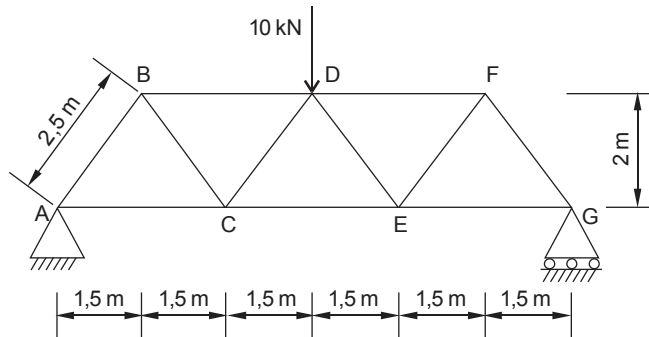
23. Considere a viga biapoiada submetida a duas cargas concentradas de 6 kN da figura abaixo.



O momento fletor máximo que ocorre na viga, em kNm, é

- (A) 24.
- (B) 36.
- (C) 32.
- (D) 18.
- (E) 12.

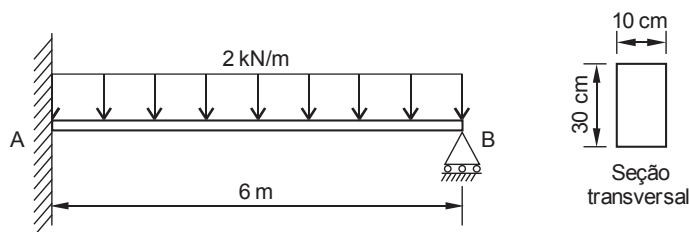
24. Considere a treliça isostática da figura abaixo.



O esforço axial na barra AB é

- (A) 4,00 kN de compressão.
- (B) 6,25 kN de tração.
- (C) 6,25 kN de compressão.
- (D) 4,00 kN de tração.
- (E) 8,33 kN de compressão.

25. Considere a viga da figura abaixo.



A reação no apoio B, em kN, é

- (A) 3,5.
- (B) 9,0.
- (C) 7,5.
- (D) 5,0.
- (E) 4,5.



26. No projeto de uma edificação em concreto armado prevê-se a construção de uma laje maciça retangular de  $(8 \times 4)$  m, com a finalidade de piso. A previsão mínima da quantidade de concreto, para a execução dessa laje, em  $m^3$ , é
- (A) 2,24.
  - (B) 1,60.
  - (C) 3,20.
  - (D) 3,84.
  - (E) 4,85.
- 
27. Ao se projetar estruturas de concreto armado, a dimensão máxima característica do agregado graúdo a ser especificada na confecção do concreto NÃO pode superar a espessura nominal do cobrimento de concreto da armadura em
- (A) 40%.
  - (B) 25%.
  - (C) 30%.
  - (D) 35%.
  - (E) 20%.
- 
28. Nas faces inferiores de lajes e vigas de reservatórios, estações de tratamento de água e esgoto, condutos de esgoto, canaletas de efluentes e outras obras em ambientes química e intensamente agressivos, a armadura deve ter cobrimento nominal mínimo, em mm, de
- (A) 40.
  - (B) 45.
  - (C) 35.
  - (D) 30.
  - (E) 20.
- 
29. Segundo a NR 18, nos serviços de escavações, os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a X metros deve ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim. O valor de X, é
- (A) 0,75 m.
  - (B) 0,90 m.
  - (C) 1,25 m.
  - (D) 0,50 m.
  - (E) 0,30 m.
- 
30. Para garantir a proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais, em todo o perímetro da construção de edifícios com mais de X pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno. O valor de X é
- (A) 5.
  - (B) 3.
  - (C) 2.
  - (D) 4.
  - (E) 1.





<p>31. Em relação aos termos utilizados em laudos de avaliação é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O custo de reedição é o custo de substituição, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.</p> <p>(B) A benfeitoria necessária é indispensável para conservar o bem ou evitar a sua deterioração.</p> <p>(C) O custo indireto de produção contempla as despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos.</p> <p>(D) A benfeitoria voluptuária visa a simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso normal do bem.</p> <p>(E) A benfeitoria é o resultado de obra ou serviço realizado em um bem que não pode ser retirado sem destruição, fratura ou dano.</p>	<p>35. Sobre a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, é correto afirmar que</p> <p>(A) o seu detalhamento é confidencial e não pode ser divulgado em propostas comerciais.</p> <p>(B) o lucro do construtor deve ser considerado separadamente do BDI, em outra taxa determinada LDI.</p> <p>(C) o custo da mobilização é parcela importante na determinação do BDI.</p> <p>(D) ela depende do percentual de risco financeiro assumido para a obra.</p> <p>(E) a despesa referente à administração central do escritório da construtora deve ser agregada à despesa da administração local nos custos diretos da obra.</p>
<p>32. O método evolutivo utilizado na Engenharia de Avaliação identifica o valor de mercado do bem</p> <p>(A) por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.</p> <p>(B) baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido.</p> <p>(C) por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.</p> <p>(D) com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.</p> <p>(E) pelo somatório dos valores de seus componentes.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 36 a 38, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale, na folha de resposta, a alternativa correta, conforme a chave abaixo:</p> <p>(A) Estão corretas as afirmativas II e III.</p> <p>(B) Estão corretas as afirmativas I, II e III.</p> <p>(C) Estão corretas as afirmativas I e IV.</p> <p>(D) Estão corretas as afirmativas III e IV.</p> <p>(E) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.</p> <p>36. Sobre os encargos sociais a serem considerados sobre os custos de mão de obra:</p> <p>I. Os encargos sociais do Grupo A são chamados de Taxa de Reincidência, pois incidem sobre todos os encargos básicos e também sobre aqueles que sofrem incidência dos encargos básicos.</p> <p>II. Para a mão de obra horista, não há nenhum encargo que incide no salário hora.</p> <p>III. O percentual destinado ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é um dos encargos básicos incidentes sobre o salário base.</p> <p>IV. O valor dos encargos sociais é o mesmo para trabalhadores horistas e mensalistas de uma mesma empresa, desde que os trabalhadores estejam alocados em uma mesma categoria profissional.</p>
<p>33. Entre os conceitos e procedimentos relativos às perícias de engenharia, o que consiste no empréstimo gratuito e temporário de coisa não fungível mediante condições preestabelecidas é conhecido como</p> <p>(A) usufruto.</p> <p>(B) concessão.</p> <p>(C) comodato.</p> <p>(D) cominação.</p> <p>(E) esbulho.</p>	
<p>34. Considere:</p> <p>I. Depreciação de um bem pela idade, no decorrer de sua vida útil, em consequência de sua utilização, desgaste e manutenção normais.</p> <p>II. Depreciação de um bem devida à retirada de sistemas ou componentes originalmente existentes.</p> <p>III. Depreciação de um bem devida ao desgaste de seus componentes ou falhas de funcionamento de sistemas, em razão de uso ou manutenção inadequados.</p> <p>Segundo os conceitos de depreciação consolidados na NBR 13.752, os itens I, II e III correspondem, respectivamente, a</p> <p>(A) decrepitude, mutilação e deterioração.</p> <p>(B) decrepitude, desmontagem e deterioração.</p> <p>(C) deterioração, mutilação e decrepitude.</p> <p>(D) obsolescência, desmontagem e deterioração.</p> <p>(E) obsolescência, deterioração e decrepitude.</p>	<p>37. Em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI:</p> <p>I. O cálculo dos percentuais que incidem sobre os insumos de mão de obra é realizado para cada capital brasileira e considera dados regionais como rotatividade da mão de obra, feriados locais e dias de chuvas para uma apuração mais precisa.</p> <p>II. São disponibilizados relatórios de insumos e serviços com encargos sociais padrão onde a contribuição INSS sobre folha de pagamento é igual a 20% e desonerado onde a contribuição sobre o faturamento é igual a 5%.</p> <p>III. A gestão do sistema é compartilhada entre a Caixa e o IBGE. O IBGE é responsável pela base técnica de engenharia e pelo processamento de dados.</p> <p>IV. Os encargos complementares são custos associados à mão de obra, tais como a alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual e ferramentas.</p>



38. Para a determinação dos custos de transporte comercial dos produtos betuminosos segundo o SICRO:
- O custo de transporte rodoviário é determinado em  $m^3$  para o material asfáltico.
  - As equações tarifárias distinguem-se apenas por tipos de revestimento da rodovia.
  - Os tipos de revestimento da rodovia diferenciados nas equações são o revestimento asfáltico, o revestimento primário e o leito natural.
  - Os custos de transporte comercial são determinados por meio de equações tarifárias para diferentes distâncias de transporte.
39. Na metodologia utilizada pelo Sicro 2, o sistema de pesquisa para a determinação de preços regionais do piso salarial da mão de obra e dos equipamentos obedecerá, respectivamente, os valores
- menores e médios.
  - maiores e menores.
  - menores e maiores.
  - médios e maiores.
  - maiores e médios.
40. O índice de vazios é um parâmetro adimensional utilizado, entre outras funções, para avaliação da compacidade das areias, por meio do índice de Compacidade Relativa. Também do índice de vazios dependem a permeabilidade e a compressibilidade dos solos. Considerando as frações ar, água e sólidos de um solo, o índice é expresso pela relação entre
- o volume de vazios e o volume de sólidos.
  - o volume de vazios e o volume total.
  - o volume de água e o volume total.
  - a massa de água e a massa de sólidos.
  - a massa de sólidos e a massa total.
41. O comportamento de um solo argiloso varia significativamente em função do teor de umidade, podendo passar de um estado quase líquido até um estado sólido. O parâmetro de consistência que define a transição entre os estados semissólido e plástico é o
- h, Umidade Natural.
  - LC, Limite de Contração.
  - LL, Limite de Liquidez.
  - IP, Índice de Plasticidade.
  - LP, Limite de Plasticidade.
42. A composição granulométrica do solo é comumente utilizada para sua caracterização. Uma amostra de solo que possui o tamanho de seus grãos compreendidos entre 0,42 mm e 0,075 mm pode ser classificada como
- argila.
  - areia fina.
  - silte.
  - areia grossa.
  - pedregulho.
43. A realização dos ensaios triaxiais em amostras de solos tem por objetivo a determinação de alguns parâmetros relacionados a resistência e deformabilidade. Em argilas saturadas, o ensaio triaxial que pode ser considerado sem variação de volume é o
- rápido, UU.
  - rápido pré-adensado, CU.
  - lento, CD.
  - adensado drenado, CD.
  - não adensado, CU.
44. Uma forma para estimar a evolução dos recalques ao longo do tempo é por meio da Teoria do Adensamento Unidimensional de Karl Terzaghi. O Grau de Adensamento, definido na teoria, é a relação
- entre o tempo de recalque em análise e o tempo previsto para ocorrência do recalque completo.
  - entre a deformação ocorrida em um dado tempo e a deformação quando todo o processo tiver ocorrido.
  - representada pela simplificação das curvas isócronas para  $T = 50\%$ .
  - entre a variação do índice de vazios e a variação da pressão efetiva.
  - expressa pela multiplicação da permeabilidade e do índice de vazios.
45. Para avaliação das condições do subsolo em uma barragem, o estudo geológico relativo a um reservatório deve sempre se dividir entre o estudo do local da barragem e o da área do próprio reservatório. Sobre estes, é correto afirmar que
- as investigações geológicas da área do reservatório podem ser restritas à área do engastamento da barragem.
  - o estudo da área do reservatório visa a conhecer a resistência da rocha.
  - é recomendável buscar áreas com presença de calcário ou basalto.
  - não é necessária a avaliação da permeabilidade das rochas.
  - o estudo da área da barragem visa a conhecer a resistência e a estabilidade da rocha.
46. Entre os elementos encontrados no conjunto de obras que compõe uma barragem, a estrutura destinada a desviar as águas do leito do rio, total ou parcialmente, com o objetivo de permitir o tratamento das fundações, possibilitando a construção a seco dos diques de terra ou das estruturas de concreto, é
- a ensecadeira.
  - o vertedor.
  - o túnel de desvio.
  - a tomada d'água.
  - o túnel de adução.
47. Durante o projeto de uma rodovia classe II verificou-se que a rampa máxima deveria ser igual a 6%. Entre as estacas 27 + 0,00 m e 32 + 17,00 m será implantada uma rampa ascendente. Sabendo que a cota do greide na estaca 27 + 0,00 m é igual a 120 m, a cota máxima na estaca 32 + 17,00 m deverá ser, em metros, igual a
- 127,02.
  - 112,98.
  - 126,00.
  - 124,02.
  - 137,02.
48. No projeto geométrico de uma rodovia, para concordar duas rampas com declividades igual a 5% e -3% deve-se utilizar uma curva
- circular convexa.
  - parabólica côncava.
  - circular com transição.
  - parabólica convexa.
  - circular côncava.



<p><b>Instruções:</b> Para responder às questões de números 49 a 51, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale, na folha de resposta, a alternativa correta, conforme a chave abaixo:</p> <p>(A) Estão corretas as afirmativas II e III.          (B) Estão corretas as afirmativas I, II e III.          (C) Estão corretas as afirmativas I e IV.          (D) Estão corretas as afirmativas III e IV.          (E) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.</p>	<p>53. No projeto de um pavimento rodoviário foi dimensionado um pavimento asfáltico invertido. Neste pavimento, as camadas de base e sub-base devem ser compostas, respectivamente, de</p> <p>(A) brita graduada tratada com cimento e solo cimento.          (B) brita graduada simples e solo brita.          (C) brita graduada simples e brita graduada tratada com cimento.          (D) solo cimento e solo brita.          (E) solo brita cimento e brita graduada simples.</p>
<p>49. Em relação ao projeto geométrico de uma rodovia:</p> <p>I. Superelevação é a inclinação transversal da pista nas curvas horizontais, para compensar o efeito da força centrífuga sobre os veículos.          II. Os pontos notáveis de uma curva horizontal circular simples são o PCV (início da curva) e o PTV (término da curva).          III. Uma nota de serviço pode ser descrita como o conjunto de dados destinados a definir, em planta, o desenvolvimento do pavimento.          IV. A largura adicional dada à pista nos trechos em curva de modo a assegurar ao tráfego condições de segurança e comodidade é denominada de superlargura.</p>	<p>54. Na classificação TRB (<i>Transportation Research Board</i>), os solos são reunidos em grupos e subgrupos, em função de sua granulometria, dos limites de consistência e do índice de grupo. Segundo essa classificação, os solos siltosos ou solos argilosos NÃO podem ser classificados como</p> <p>(A) A-4.          (B) A-1.          (C) A-6.          (D) A-7-5.          (E) A-7-6.</p>
<p>50. Em relação aos materiais utilizados nas camadas para a implantação de pavimentos asfálticos:</p> <p>I. Materiais granulares devem possuir CBR superior a 20% para utilização como base do pavimento.          II. O revestimento asfáltico tipo Tratamento Superficial Duplo é adequado para tráfegos leves, com Número N inferior a 1 milhão de solicitações.          III. Os ligantes asfálticos empregados na imprimação podem ser os asfaltos diluídos CM-30 e CM-70.          IV. Cimentos asfálticos de petróleo são comercialmente classificados por sua viscosidade.</p>	<p>55. Os revestimentos betuminosos por penetração invertida são executados por meio de aplicações de material betuminoso seguida de operação de espalhamento e compressão de camadas de agregados com granulometrias apropriadas. Um tipo deste revestimento é o</p> <p>(A) pré-misturado a frio.          (B) macadame betuminoso.          (C) concreto betuminoso.          (D) tratamento superficial duplo.          (E) SMA.</p>
<p>51. Em relação ao dimensionamento de pavimentos rígidos pelo método da <i>Portland Cement Association</i> – PCA 1984:</p> <p>I. A espessura da placa de concreto deve ser suficiente para suportar o Número N, que corresponde ao número equivalente de aplicações de cargas do eixo padrão de 8,2 toneladas.          II. A utilização de camada de sub-base de concreto compactado com rolo contribui no aumento das tensões de tração na placa de concreto.          III. Trincamento por fadiga e danos por erosão são mecanismos de ruptura utilizados neste método de dimensionamento.          IV. Neste método é possível considerar o efeito da implantação de acostamentos em concreto de cimento Portland.</p>	<p>56. O método da PCA 1984 para pavimentos rígidos utiliza um fator de segurança de carga. O fator de segurança de carga que NÃO é considerado no método é o</p> <p>(A) 1,1 para estradas e vias com moderada frequência de caminhões.          (B) 1,0 para ruas e vias de pequena frequência de caminhões.          (C) 1,3 para o caso de pavimentos que necessitem de um desempenho acima do normal.          (D) 1,5 para tráfego de ônibus canalizado.          (E) 1,2 para grande frequência de caminhões.</p>
<p>52. Na avaliação estrutural de um pavimento asfáltico, para a determinação das deflexões máximas recuperáveis, é correto utilizar os seguintes equipamentos:</p> <p>(A) <i>Falling Weight Deflectometer</i> e <i>Dynamic Cone Penetrometer</i>.          (B) <i>Falling Weight Deflectometer</i> e Georradar.          (C) <i>Dynamic Cone Penetrometer</i> e Viga Benkelman.          (D) Viga Benkelman e Georradar.          (E) Viga Benkelman e <i>Falling Weight Deflectometer</i>.</p>	<p>57. Um pavimento asfáltico de base granular e revestimento com 10 cm de Concreto Betuminoso Usinado a Quente apresentou, após a avaliação estrutural, Raio de Curvatura igual a 55 m. O tratamento recomendado para a restauração deste pavimento é</p> <p>(A) a reconstrução.          (B) a fresagem.          (C) o recapeamento.          (D) a reperfilagem.          (E) o cepilhamento.</p> <p>58. O grau com que o pavimento atende aos requisitos de conforto ao rolamento e segurança, nas velocidades operacionais da via e em um determinado momento de sua vida de serviço, é chamado de</p> <p>(A) regularidade.          (B) irregularidade.          (C) desempenho.          (D) deflexão.          (E) serventia.</p>



<p>59. O índice que permite classificar o estado geral de um determinado trecho homogêneo de pavimento em função da incidência de defeitos de superfície é conhecido como Índice de Gravidade Global – IGG. O IGG é um indicador das condições do pavimento, muito útil para a tomada de decisões quanto às intervenções de restauração necessárias. Segundo o DNIT, para o conceito bom o IGG deve estar no intervalo</p> <p>(A) <math>20 &lt; IGG \leq 40</math>.</p> <p>(B) <math>0 &lt; IGG \leq 20</math>.</p> <p>(C) <math>80 &lt; IGG \leq 100</math>.</p> <p>(D) <math>40 &lt; IGG \leq 80</math>.</p> <p>(E) <math>100 &lt; IGG \leq 120</math>.</p>	<p>64. O dimensionamento de bueiros sem carga hidráulica a montante deve observar o funcionamento do dispositivo como</p> <p>(A) vertedor, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p> <p>(B) canal, considerando o escoamento no regime turbulento.</p> <p>(C) orifício, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p> <p>(D) orifício, considerando o escoamento no regime turbulento.</p> <p>(E) canal, considerando o escoamento no regime supercrítico.</p>
<p>60. O índice que mede a irregularidade longitudinal – IRI é definido matematicamente a partir de um perfil levantado por nível e mira nas trilhas de roda. A condição de superfície de um pavimento asfáltico que apresenta valor de IRI igual a 4,0 m/km tem, segundo o DNIT, conceito</p> <p>(A) péssimo.</p> <p>(B) ruim.</p> <p>(C) excelente.</p> <p>(D) regular.</p> <p>(E) bom.</p>	<p>65. O dispositivo de drenagem cujo objetivo é a captação do fluxo de água subterrânea, através do rebaixamento do lençol freático, impedindo-o de atingir o subleito, é o</p> <p>(A) dreno subsuperficial.</p> <p>(B) dreno profundo.</p> <p>(C) dreno sub-horizontal.</p> <p>(D) bueiro de talvegue.</p> <p>(E) bueiro de greide.</p>
<p>61. A sigla VSA, que representa um índice resultante da avaliação funcional de pavimentos, significa</p> <p>(A) Valor da Severidade Atuante.</p> <p>(B) Vida de Serventia Atuante.</p> <p>(C) Valor de Serventia Atual.</p> <p>(D) Valor de Sobrevida por Área.</p> <p>(E) Valor, Severidade e Área.</p>	<p>66. Na estimativa de vazões por meio do hidrograma unitário triangular é necessário conhecer o tempo de percurso em que o deflúvio leva para atingir o curso d'água principal desde os pontos mais longínquos até o local em que se deseja definir a descarga. Este parâmetro é conhecido por tempo de</p> <p>(A) concentração.</p> <p>(B) recorrência.</p> <p>(C) duração.</p> <p>(D) Gumbel.</p> <p>(E) intensidade.</p>
<p>62. A avaliação de superfície de um pavimento consiste no registro da extensão, frequência e severidade dos defeitos das superfícies existentes. São considerados defeitos de um pavimento asfáltico flexível:</p> <p>(A) quebra de canto, panelas e trincamento por fadiga.</p> <p>(B) trincamento por fadiga, degraus nas juntas e trincas em bloco.</p> <p>(C) trincas térmicas, panelas e quebra de canto.</p> <p>(D) panelas, bombeamento de finos e trincamento por fadiga.</p> <p>(E) desgaste, esborcinamento de junta e trincamento por fadiga.</p>	<p>67. Precipitação é a água proveniente do meio atmosférico que atinge a superfície terrestre. As precipitações</p> <p>(A) frontais ou não frontais são, normalmente, de longa duração e apresentam intensidades de baixa a moderada, espalhando-se por grandes áreas.</p> <p>(B) ciclônicas resultam da ascensão mecânica de correntes de ar úmido horizontal sobre barreiras naturais.</p> <p>(C) ciclônicas são, normalmente, de grande intensidade e curta duração, concentradas em pequenas áreas.</p> <p>(D) convectivas estão associadas com o movimento de massas de ar de regiões de alta pressão para regiões de baixa pressão.</p> <p>(E) convectivas ocorrem quando o ar é elevado em consequência de uma convergência horizontal em áreas de baixa pressão.</p>
<p>63. De acordo com a terminologia do DNIT, para defeitos em pavimentos asfálticos, as classes das trincas isoladas, tipo FC-2, são trincas com abertura</p> <p>(A) inferior a 3,0 mm e sem erosão nas bordas.</p> <p>(B) inferior a 2,0 mm e com erosão nas bordas.</p> <p>(C) superior a 0,5 mm e sem erosão nas bordas.</p> <p>(D) superior a 5,0 mm e com erosão nas bordas.</p> <p>(E) superior a 1,0 mm e sem erosão nas bordas.</p>	<p>68. O reservatório de distribuição de água cuja função é servir de volante de regularização das transições entre bombeamento e/ou adução por gravidade, intercalado no sistema de adução, é, quanto à localização no sistema de distribuição, o reservatório</p> <p>(A) de jusante.</p> <p>(B) de montante.</p> <p>(C) de posição intermediária.</p> <p>(D) enterrado.</p> <p>(E) apoiado.</p>



<p>69. Em relação às classes de água de reúso considere:</p> <p>I. Águas da classe 1 podem ser utilizadas para lavagem de carros e outros usos com contato direto com o usuário.</p> <p>II. Na classe 2 faz parte do padrão de qualidade a determinação da turbidez e dos sólidos dissolvidos totais.</p> <p>III. Para descargas em vasos sanitários pode ser utilizada água de reúso classe 3, com controle de turbidez e coliformes termotolerantes.</p> <p>IV. Para irrigação de pomares, cereais, forragens, pastagens para gados e outros cultivos por meio de escoamento superficial ou por sistema de irrigação pontual deve ser utilizada água de reúso classe 1.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) II e IV, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>72. É, entre outros, instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, em conformidade com a Lei nº 6.938/1981:</p> <p>(A) a outorga de uso da água.</p> <p>(B) a coleta seletiva.</p> <p>(C) a engenharia reversa.</p> <p>(D) o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.</p> <p>(E) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.</p>
<p>70. Em obras de infraestrutura, é comum a contratação de uma empresa ou um consórcio de empresas especializadas para realização de um grupo de atividades que compreendem a avaliação e revisão, com ênfase ambiental, de toda a documentação técnica do empreendimento, no aspecto qualitativo, bem como o apoio na assinatura de convênios a serem celebrados com empresas especializadas ou instituições de pesquisa/ONG para implementação e desenvolvimento de programas ambientais. A este conjunto de atividades dá-se o nome de</p> <p>(A) gerenciamento ambiental.</p> <p>(B) supervisão ambiental.</p> <p>(C) execução de programas ambientais.</p> <p>(D) Plano Básico Ambiental.</p> <p>(E) Plano de Controle Ambiental.</p>	<p>73. O conjunto formado pelo Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental</p> <p>(A) deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização que sejam dotadas de viabilidade ambiental.</p> <p>(B) jamais deve indicar a alternativa mais favorável, sob pena de induzir a opinião pública.</p> <p>(C) deve ter os custos de sua elaboração cobertos por conta do órgão ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos.</p> <p>(D) deve definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.</p> <p>(E) não pode conter partes protegidas por sigilo industrial.</p>
<p>71. A legislação que institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA estabelece que</p> <p>(A) o Conselho de Governo é o órgão superior do SISNAMA com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(B) o Ministério do Meio Ambiente é o órgão central do SISNAMA com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política federal e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) do SISNAMA tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.</p> <p>(D) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o órgão nacional do SISNAMA com a finalidade de executar e fazer executar a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.</p> <p>(E) os órgãos locais do SISNAMA são os responsáveis pelo controle e pela fiscalização nas suas respectivas jurisdições.</p>	<p>74. No caso de processos de licenciamento ambiental amparados pela avaliação de impacto ambiental, é correto afirmar que</p> <p>(A) sempre que a atividade ou empreendimento estiver localizado em terra indígena o licenciamento será realizado pelo IBAMA.</p> <p>(B) atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe devem ser licenciados pelo órgão ambiental do Estado onde localiza-se a porção brasileira do projeto.</p> <p>(C) toda atividade ou empreendimento destinado a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor de material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, serão licenciados ambientalmente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.</p> <p>(D) o IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, jamais poderá delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.</p> <p>(E) poderá haver audiência pública apenas quando é exigido estudo de impacto ambiental.</p> <p>75. A condição que vincula a necessidade de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de atividade ou empreendimento é se o projeto</p> <p>(A) está localizado em área de alta vulnerabilidade.</p> <p>(B) tem um porte de grande magnitude.</p> <p>(C) é efetivo ou potencialmente causador de significativa degradação ambiental.</p> <p>(D) é causador de degradação ambiental sobre o meio sócio-econômico.</p> <p>(E) é causador de degradação ambiental sobre os meios físico e biótico.</p>



<p>76. A Política Nacional de Recursos Hídricos tem como fundamento que</p> <p>(A) a água é um bem de domínio privado e dotado de escassez.</p> <p>(B) a água é um recurso natural limitado e, portanto, não passível de valoração econômica.</p> <p>(C) o uso prioritário dos recursos hídricos em situações de escassez é para a proteção ambiental.</p> <p>(D) a gestão dos recursos hídricos deve sempre priorizar os usos para a sociedade.</p> <p>(E) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.</p>	<p>79. A Política Nacional de Resíduos Sólidos define que</p> <p>(A) área contaminada é o local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos, inclusive por origem natural.</p> <p>(B) área órfã contaminada é a área contaminada gerada por ação antrópica.</p> <p>(C) ciclo de vida do produto define os produtos que apresentam motorização baseada em ciclo otto e diesel.</p> <p>(D) geradores de resíduos sólidos são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.</p> <p>(E) controle social é o conjunto de mecanismos e procedimentos de governo que controlam a atuação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.</p>
<p>77. A Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Esta Resolução define que as águas doces da classe</p> <p>(A) especial são destinadas ao abastecimento para consumo humano, sem necessidade de desinfecção.</p> <p>(B) 4 são destinadas à navegação e harmonia paisagística.</p> <p>(C) 2 são destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado.</p> <p>(D) 3 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, apenas após tratamento avançado.</p> <p>(E) 1 são destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional.</p>	<p>80. A Política Nacional de Saneamento Básico, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, estabelece:</p> <p>(A) Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.</p> <p>(B) Constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.</p> <p>(C) A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que integre a administração do titular depende da celebração de contrato.</p> <p>(D) Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá sempre mais de uma encarregada das funções de regulação e de fiscalização.</p> <p>(E) O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador não pode ser considerado resíduo sólido urbano.</p>
<p>78. De acordo com a Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, compete</p> <p>(A) ao Ministério da Saúde, por intermédio executivo da Secretaria de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água.</p> <p>(B) às Secretarias Municipais de Saúde estabelecer as referências laboratoriais municipais para dar suporte às ações de vigilância da água para consumo humano.</p> <p>(C) às Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, sempre em caráter supletivo ao município.</p> <p>(D) às Secretarias Municipais de Saúde exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em observância à hierarquia superior da respectiva Secretaria do Estado.</p> <p>(E) ao Ministério da Saúde definir diretrizes gerais para o desenvolvimento integrado das atividades de vigilância da qualidade da água, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.</p>	



**Instruções:** Para responder às questões de números 81 a 83, considere a seguinte informação:

As contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS, que emite um parecer prévio. O julgamento dessas contas, todavia, cabe ao Poder Legislativo Municipal.

81. O TCE-RS emitiu parecer prévio desfavorável às contas de um Prefeito por falhas relativas à gestão fiscal e à aplicação de recursos nas áreas da educação e saúde. Esse parecer somente deixará de prevalecer por decisão de

- (A) 1/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (B) 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (C) 1/2 dos membros da Câmara Municipal.
- (D) 3/4 dos membros da Câmara Municipal.
- (E) 3/5 dos membros da Câmara Municipal.

82. Se a Câmara Municipal desse município julgasse as contas do Prefeito antes mesmo do TCE-RS emitir o parecer prévio conclusivo, este ato seria classificado como

- (A) sujeito à validação após a emissão do parecer prévio.
- (B) legal, condicionado à aprovação unânime pelos vereadores.
- (C) instrumento auxiliar aos trabalhos do TCE-RS.
- (D) legítimo, se o julgamento for favorável.
- (E) nulo, por expressa previsão legal.

83. Para que o TCE-RS possa exercer sua competência de emitir os pareceres prévios, com base nos trabalhos de fiscalização sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os Chefes do Poder Executivo devem, de acordo com sua Lei Orgânica, obrigatoriamente, prestar contas até

- (A) 31 de março do exercício seguinte ao encerrado.
- (B) 31 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (C) 15 de janeiro do exercício seguinte ao encerrado.
- (D) três meses após a publicação dos balanços.
- (E) seis meses após a publicação dos balanços.

84. O TCE-RS tomou ciência de ato que importou dano ao erário, ocorrido por omissão do administrador de uma autarquia municipal. Após impugnado, este ato estará sujeito à

- (A) avaliação mediante parecer prévio.
- (B) apreciação para fins de registro.
- (C) tomada de contas especial.
- (D) inspeção regular de auditoria.
- (E) auditoria de gestão.

85. Por meio de uma informação anônima endereçada a uma determinada Prefeitura, foi revelado um esquema fraudulento de licitações. O dever constitucional de comunicação dessa ilegalidade ao TCE-RS é do

- (A) assessor jurídico do Prefeito.
- (B) presidente da comissão de licitação.
- (C) responsável pelo controle interno.
- (D) responsável pelo controle externo.
- (E) Prefeito.

86. A Constituição Federal estabelece formas de atuação dos Tribunais de Contas: emissão de parecer prévio; apreciação para fins de registro; julgamento. É ato sujeito à apreciação para fins de registro pelo TCE-RS:

- (A) admissão de pessoal para cargo em comissão.
- (B) admissão de pessoal para cargo efetivo.
- (C) prestação de contas decorrente de subvenção social.
- (D) contratação de serviço mediante licitação.
- (E) melhoria que altere o fundamento do ato que concedeu aposentadoria.

87. A realização de auditoria de natureza contábil por parte do TCE-RS em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público pode ser feita por iniciativa

- (A) de partido político.
- (B) do Ministério Público.
- (C) do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (D) de Comissão Técnica ou de Inquérito.
- (E) do Supremo Tribunal Federal.

88. Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e os Ministros do Tribunal de Contas da União têm, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos

- (A) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.
- (E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

89. Na eventualidade de um Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RS cometer um crime de responsabilidade, ele será processado e julgado, originariamente, pelo

- (A) Plenário do TCE-RS.
- (B) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

90. A competência para a criação, transferência de sede ou extinção de unidade de trabalho do TCE-RS é

- (A) da Corregedoria-Geral.
- (B) da Vice-Presidência.
- (C) da Presidência.
- (D) do Conselheiro.
- (E) do Tribunal Pleno.



<p>91. O TCE-RS pode ser dividido em Câmaras, que devem sempre ser presididas por um Conselheiro. Excepcionalmente, na sessão em que ocorrer hipótese de vacância de cargo, ausência, férias ou impedimento dos Conselheiros, a Câmara poderá ser presidida por Auditor Substituto de Conselheiro que estiver em substituição a Conselheiro. Essa Substituição será em caráter</p> <p>(A) precário.</p> <p>(B) eventual.</p> <p>(C) sigiloso.</p> <p>(D) meramente quantitativo.</p> <p>(E) definitivo.</p>	<p>95. Uma das formas do procurador da parte interessada intervir no processo do TCE-RS é mediante solicitação de sustentação oral perante o Tribunal Pleno ou as Câmaras. Uma vez concedida, o uso da palavra poderá ser feito pelo prazo de</p> <p>(A) 15 minutos.</p> <p>(B) 20 minutos.</p> <p>(C) 5 minutos.</p> <p>(D) 10 minutos.</p> <p>(E) 30 minutos.</p>
<p>92. São matérias afetas aos trabalhos do TCE-RS: expedir recomendações sobre programas de informatização do Tribunal; determinar a realização de inspeções especiais; relatar, no Tribunal Pleno, matérias de natureza administrativa. Esses atos são de competência, respectivamente, do</p> <p>(A) Presidente, Presidente e Corregedor-Geral.</p> <p>(B) Presidente, Vice-Presidente e Presidente.</p> <p>(C) Corregedor-Geral, Presidente e Vice-Presidente.</p> <p>(D) Corregedor-Geral, Presidente e Presidente.</p> <p>(E) Presidente, Corregedor-Geral e Vice-Presidente.</p>	<p>96. As sessões do TCE-RS podem ser ordinárias, extraordinárias, especiais ou administrativas. A emissão de parecer prévio sobre as contas do Governador e a posse de Conselheiro são atos que ocorrem, respectivamente, em sessões</p> <p>(A) extraordinária e especial.</p> <p>(B) extraordinária e extraordinária.</p> <p>(C) ordinária e administrativa.</p> <p>(D) especial e especial.</p> <p>(E) especial e ordinária.</p>
<p>93. É regra atinente ao Ministério Público junto ao TCE-RS:</p> <p>(A) Os Adjuntos de Procurador são nomeados pelo Governador do Estado e tomam posse junto ao Presidente do TCE-RS.</p> <p>(B) O Ministério Público junto ao TCE-RS será sempre ouvido no início da instrução.</p> <p>(C) O prazo para manifestação do Ministério Público será de 90 dias.</p> <p>(D) Iniciada a fase de votação, o membro do Ministério Público somente poderá usar a palavra para prestar esclarecimentos adicionais ou de equívocos ou dúvidas.</p> <p>(E) O Procurador será empossado em sessão extraordinária do Tribunal Pleno.</p>	<p>97. Faz parte do conteúdo mínimo dos relatórios e parecer prévio das contas do Governador a análise</p> <p>(A) dos contratos de concessão dos serviços públicos.</p> <p>(B) das admissões de pessoal por prazo determinado.</p> <p>(C) das concessões de subvenção, auxílios e contribuições.</p> <p>(D) da concessão de adiantamento de numerário para operações policiais de caráter reservado.</p> <p>(E) da dívida pública.</p>
<p>94. Os Auditores Substitutos de Conselheiros do TCE-RS</p> <p>(A) ocupam, na hierarquia do TCE-RS, posição imediatamente inferior a do Procurador.</p> <p>(B) deverão, na sua totalidade, estar presentes às sessões do Tribunal Pleno e, em número de dois, às das Câmaras.</p> <p>(C) terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça quando não estiverem no exercício da substituição.</p> <p>(D) substituirão um Conselheiro mediante rodízio e a convocação de um mesmo auditor substituto de conselheiro não ultrapassará 30 dias.</p> <p>(E) terão prazo de 30 dias para emitir parecer, se individual, e 60 dias, se coletivo.</p>	<p>98. O recurso de embargos</p> <p>(A) é cabível de decisão proferida pelo Tribunal Pleno.</p> <p>(B) tem efeito suspensivo em qualquer situação.</p> <p>(C) pode ser interposto uma única vez.</p> <p>(D) tem prazo de 15 dias para a interposição.</p> <p>(E) pode ser interposto apenas pela parte interessada ou terceiro prejudicado.</p> <p>99. Uma decisão do TCE-RS, já transitada em julgado, contiver erro de cálculo. Nesse caso, é cabível a proposição de</p> <p>(A) agravo regimental.</p> <p>(B) revisão.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) embargos declaratórios.</p> <p>(E) reconsideração.</p> <p>100. O Regimento Interno do TCE-RS pode ser emendado mediante proposta de iniciativa</p> <p>(A) do Conselheiro.</p> <p>(B) do Ministério Público de Contas.</p> <p>(C) de Auditor Substituto de Conselheiro.</p> <p>(D) do corpo técnico.</p> <p>(E) do Diretor da Escola de Contas.</p>